



UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
CURSO DE PSICOLOGIA

ALINE PALACE NERO FREITAS
GEISA DIAS REIS DE OLIVEIRA
IZABELA DE SOUZA FÉLIX
JULIANA GERMANO RODRIGUES

O PSICÓLOGO EM UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR
Uma atuação com indivíduos que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas

DUQUE CAXIAS
2022

Aline Palace Nero Freitas
Geisa Dias reis de Oliveira
Izabela de Souza Félix
Juliana Germana Rodrigues

O PSICÓLOGO EM UMA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Uma atuação com indivíduos que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas

Artigo entregue como requisito básico para a
apreciação do TCC do Curso de Psicologia na
Universidade do Grande Rio.

Orientador(a): Profº Flávio Lopes Guilhon

RESUMO

Este trabalho dedica-se em apresentar as competências do psicólogo(a) que atua em uma equipe multidimensional, âmbito das políticas públicas, com o intuito de oferecer um trabalho voltado para indivíduos que estão em situação de uso e abuso de álcool e outras drogas, a partir de revisões bibliográficas que entendem o uso abusivo como um problema de saúde pública e que precisa de estratégias específicas, no âmbito das políticas públicas, para serem sanadas, além de descrever quais são as políticas públicas que estão interligadas e como elas se caracterizam.

Palavras-Chave: Psicologia. Equipe multiprofissional. Políticas públicas. Álcool. Drogas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	MÉTODO	5
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	5
4	DISCUSSÃO	9
5	CONCLUSÃO	10
	REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

A presença do(a) psicólogo(a) que oferta os seus serviços especializados de saúde mental, no âmbito das políticas públicas, aparece como uma demanda emergente no Brasil, devido às ações sociais e políticas que são regidas através de um novo olhar da concepção de sujeito (Bock, (1999); Lima, (2005).

A inserção da psicologia nas equipes multiprofissionais contribui para a melhoria da qualidade de assistência à saúde mental, uma vez que os profissionais irão conversar entre si para adequar as suas técnicas de intervenção ao sujeito que está sob cuidados (Bock, (1999); Lima, (2005); (Dimenstein, (2012); CREPOP, (2013).

A Psicologia quando inserida em equipe multiprofissional pensará de forma coletiva, e agir assim é conversar com os interesses das políticas públicas, pois ambas as áreas tiveram que modificar as suas concepções a respeito da forma de se enxergar o ser humano, seja enquanto subjetividade ou por questões biológicas como no quesito saúde-doença (Lima, 2005).

Partindo daí, um dos aspectos que motiva a exploração de estudos a respeito do tema de pesquisa se dá pelo fato de que é preciso entender que, a forma como se compreende um determinado objeto, poderá ditar como as ações em prol dele serão realizadas, ou seja, se a psicologia atualmente continuasse compreendendo o sujeito como alguém que se constrói sozinho, as ações dela dentro de uma equipe multiprofissional não ocorreriam da mesma forma que acontece hoje (Bock, 1999), (CREPOP, 2013)

Um outro ponto interessante é sobre a importância de pensar nas organizações do âmbito das políticas públicas que podem oferecer suporte para pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. Desta forma, a sociedade pode perceber quais são os dispositivos disponíveis para buscar ajuda (CREPOP, 2007, 2013) .

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma importante política social, que possui um olhar ampliado para o conceito de saúde e doença, e que tem as suas diretrizes baseadas no princípio de que todos os indivíduos devem ter o direito à saúde (Dimenstein, 2012). A autora apresenta também alguns programas que são vinculados a ele e que contribui para que psicólogos(as) estejam presentes nas equipes multiprofissionais e auxiliem de maneira integrada às pessoas que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas.

O álcool e as drogas são substâncias psicoativas e de acordo com Seibel (2001) estas favorecem a modificação do estado de consciência daqueles que a usam, e os seus efeitos podem variar do grau mais leve até os mais severos. Isto nos faz pensar que, dependendo da quantidade e frequência, o uso não terá tantos perigos iminentes. Entretanto, Seibel (2001) aponta que se a utilização ocorrer de forma inadequada, as consequências podem aparecer de

várias formas negativamente.

Portanto, buscou-se reunir informações para responder o seguinte problema de pesquisa: como se dá o processo de inserção do psicólogo em uma equipe multiprofissional atuante no âmbito das políticas públicas e qual estratégia melhor contribuem para o cuidado dos indivíduos que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas?

2 MÉTODO

O presente trabalho foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica. A revisão bibliográfica é para Boccato (2006) um tipo de pesquisa que tem o intuito de fazer um levantamento e analisar criticamente os referenciais teóricos já publicados, e visa atualizar e desenvolver o conhecimento para a construção de pesquisas. A pesquisa foi do tipo descritiva e segundo Gil (2017) ela tem o objetivo de identificar as opiniões, crenças e atitudes de uma determinada população.

Os resultados serão analisados de forma qualitativa. Segundo Gil (2002), essa pesquisa não é um estudo estatístico e sim uma análise dos dados. Sua mensuração não se dá facilmente e está ligada a um grupo de indivíduos relacionados a um problema específico.

Para a confecção deste trabalho, foi utilizado como base de dados fontes secundárias na qual Souza (2021) diz ser um facilitador e organizador de conhecimento. As pesquisas aconteceram por meio da plataforma do Google acadêmico e em sites como Scielo e Pepsic. As palavras chaves utilizadas foram: Psicologia coletiva, políticas públicas, equipe multiprofissional, álcool e drogas e SUS. Encontrou-se aproximadamente 45 artigos, sendo 17 selecionados para fundamentar os capítulos devido a aproximação com o tema proposto. As pesquisas ocorreram entre janeiro de 2021 e junho de 2022.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A psicologia vem se transformando a cada dia. Bock (1999) em seu artigo chamado A psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social, responde a questionamentos que foram surgindo a respeito do desenvolvimento da profissão frente às necessidades de um compromisso social. A autora relata que desde a época de wundt, a forma como se entendia o sujeito era dicotômica, ou seja, o mundo psicológico era explicado como um movimento interno, constituído por si próprio. A consequência disso foi produzir a ideia de uma psicologia que tem como intervenção a cura médica.

Para Bock (1999) a mudança dessa naturalização do fenômeno psicológico ocorre quando

a psicologia busca compreender o mundo psíquico fazendo uma nova leitura do sujeito e considerando o meio social, político-econômico e cultural em que ele está inserido. A partir daí, entende-se que a subjetividade é construída através da interação dessas relações sociais. Com isso, a psicologia coloca o compromisso social como uma exigência e critério de qualidade para intervenção.

No que se refere aos critérios que demonstram uma intervenção ética comprometida com a sociedade, Bock (1999) indica primeiramente, que a forma de trabalhar do(a) profissional de psicologia deve contribuir para que haja transformação social e melhora nas condições de vida da população. O/A psicólogo(a) não pode ter um olhar de isolamento para o sujeito, o importante aqui, é compreendê-lo como alguém dentro de uma realidade social a qual ele a constrói e é construído por ela.

Em seguida, Bock (1999) ressalta como mais um critério, a importância do profissional analisar se sua conduta está direcionada aos modelos médicos, ou seja, observar se a forma de enxergar a realidade do sujeito está pautada na perspectiva que só leva em consideração a doença, o que vai de encontro com a finalidade do trabalho, pois o que se espera é um serviço voltado para a promoção de saúde da pessoa como um todo. Por último, a autora frisa que é necessário que o(a) psicólogo(a) seja capaz de adaptar o seu saber de acordo com a demanda e realidade que pode aparecer por parte de cada sujeito.

Diante disso, percebe-se que em meios aos avanços da profissão, da forma de olhar para o sujeito enquanto parte de um todo (sociedade), surge uma identidade para a psicologia, e essa marca representa a não cristalização do saber e a importância de acompanhar o movimento da realidade, visto que, por muito tempo, o seu acesso era restrito a elite, porém, agora tem como desafio identificar as necessidades do povo e acompanhar os movimentos (Bock, 1999).

A psicologia ao acompanhar o movimento das necessidades sociais emergentes, entra no campo dos serviços públicos de saúde e de acordo com Lima (2005 *apud* Dimenstein, 1998), houveram alguns fatores que foram fundamentais para que a presença desse profissional fosse inserida neste meio, tais como: o contexto que envolvia as políticas públicas de saúde por volta dos anos de 1970, a baixa procura da população mais empobrecida aos consultórios e os movimentos da própria categoria para redefinição da função do papel social da psicologia em relação à sociedade.

Segundo Lima (2005 *apud* Lo Bianco e Cols. (1994), quando um(a) psicólogo(a) for inserido em uma rede básica de saúde, ele(a) deve levar em consideração alguns aspectos: primeiramente, ter ações baseadas em demandas coletivas, em seguida, saber lidar com um contingente maior de pessoas e estar em busca de criar estratégias de intervenções grupais e focais. Em terceiro lugar, é importante ter um olhar sensível para a população mais vulnerável

economicamente e por último, entender que o seu trabalho está para além de uma clínica psicológica tradicional, ou seja, o foco é providenciar ações que não se restrinjam às práticas psicoterápicas e sim na prevenção e promoção de saúde.

Para Lima (2005), a psicologia coletiva deve ter um olhar mais parecido com os objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS), o que resultará na contribuição de ações importantes para a atenção primária à saúde que são sustentadas pelo compromisso social.

No que se refere ao SUS, Dimenstein (2012) o caracteriza como a principal política social do Brasil. A autora afirma que esse sistema ampliou o olhar sobre o conceito de saúde e doença, sendo assim, os aspectos sociais, econômicos e culturais do paciente passaram a estar em evidência, e a ideia de que saúde é ausência de doença já não é mais considerada. Além disso, o SUS possui diretrizes que buscam garantir que todos os cidadãos tenham direito à saúde; promove a equidade ao agir de maneira específica em cada território e oferece ações continuadas de promoção e prevenção à saúde, reabilitação e tratamento por meio da integralidade.

Dimenstein (2012) apresenta alguns programas que, vinculados aos SUS, ampliam e fortalecem as rede e ações na atenção básica, como por exemplo: a Estratégia de Saúde da Família (ESF), na qual liga equipes com o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), o Apoio Matricial e as Unidades básicas. A autora ressalta também que há um crescimento em relação às equipes multiprofissionais na qual oferecem serviços especializados nos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), nas residências terapêuticas, nos consultórios de rua, nos hospitais gerais e especializado, entre outros. Para Boing (2009) o estabelecimento desses setores acabam por fortalecerem a presença do(a) psicólogo(a) no SUS.

O(A) psicólogo(a) também contribui para a formação de uma equipe multiprofissional e Peduzzi (2000) a conceitua como um grupo de profissionais que atuam em diferentes áreas do saber e se relacionam de forma coletiva, com a finalidade de estabelecer um consenso nas decisões a respeito das intervenções técnicas que terão, por meio da comunicação, desta forma, as equipes conseguem elaborar um trabalho melhor e mais completo para quem está sob cuidados.

Dimenstein (2012) explica que, no setor público, o campo da saúde mental se tornou mais vigoroso para a atuação dos(as) psicólogos(as). A autora afirma ainda que este profissional atribui às equipes multiprofissionais a importante função de oferecer serviços que estão para além dos oferecidos em hospitais, podem atuar também também, consultório de rua e ambulatorios de saúde. Além disso, ele poderá agir na promoção de saúde e na intervenção precoce quando estiver diante de situações insalubres para a saúde mental (Dimenstein, 2012).

Todos os dias aparecem demandas em saúde mental que são identificadas pelos integrantes

das equipes da ESF e do NASF (Dimenstein, 2012). De acordo com Wenceslau (2015) essas equipes de Atenção básica usam dos seus recursos estratégicos para lidar com os problemas de saúde pública que surgem e que podem estar vinculados a vários tipos de sofrimento psíquico , incluindo o uso abusivo de álcool e outras drogas.

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP (2013) é uma iniciativa dos conselhos de psicologia que tem como objetivo aumentar a qualificação dos(as) psicólogos(as) que estão inseridos no contexto das políticas públicas. O intuito aqui é identificar oportunidades estratégicas de participação desses profissionais nos setores públicos, além de fazer uma interlocução em espaços de formulação, gestão e execução dessas políticas. (CREPOP, 2013, P. 10).

Wenceslau (2015) explica em seu artigo que a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) se apresenta como um dispositivo estratégico de atenção em saúde mental, localizada no SUS, que se propõe a criar, ampliar e articular as questões da atenção à saúde mental a indivíduos que faz uso abusivo de álcool e outras drogas. De acordo com o CREPOP (2013) os CAPS ajudam a compor a RAPS e funcionam como serviços de saúde municipais. Eles são divididos por tipos e aqui será evidenciado o CAPS álcool e drogas (CAPS AD), sendo esse instalado em municípios de 10 a 200 mil habitantes e o CAPS AD III em municípios com população acima de 200 mil habitantes e além disso o seu funcionamento é de 24 horas.

A necessidade de pensar em organizações como essas se dá ao fato das drogas serem entendidas como uma preocupação social e por alguns setores as enxergarem como ameaçadores para a sociedade (CREPOP, 2013). Ao longo do tempo se consolidaram duas visões diferentes a respeito do uso de álcool e outras drogas. Alves (2009) explica que inicialmente predominava-se a ideia do proibicionismo, que consiste na proibição total do consumo, tendo como única meta a abstinência. Esse modo reforçou a produção de práticas violadoras de direitos, pois o intuito é impor barreiras para pessoas que não querem ou não podem encerrar o seu vínculo com a droga.

A outra forma diz respeito à Redução de Danos (RD), que de acordo com Déa (2004), é um tipo de dispositivo que busca desenvolver estratégias consolidadas a uma política pública democrática relacionada ao uso de álcool e outras drogas, que prioriza a saúde e a responsabilidade pessoal de cada um dos usuários ao invés da doença e punição, além de ter um uma escala de risco de leve a moderada. Essa medida funciona como uma alternativa para as políticas públicas. Segundo Alves (2009), essa estratégia deve estar articulada com as redes de saúde públicas e as outras políticas intersetoriais. Estão incluídos o trabalho dos agentes redutores de danos, agentes comunitários, e equipes multiprofissionais.

De acordo com o CREPOP (2013), o papel do(a) psicólogo(a) que está inserido em uma

equipe multiprofissional que lida com as ações voltadas para o cuidado de pessoas que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas é o de não julgar ou censurar moralmente os comportamentos alheios e a base para o desenvolvimento deste trabalho é através do vínculo de confiança entre o profissional e o indivíduo. O/A psicólogo(a) precisa estar atento para conseguir fazer aqueles que podem, muitas vezes, estar à margem da rede de saúde, se sentir respeitado e pertencente a uma escala social (CREPOP, 2013).

4 DISCUSSÃO

Diante do que foi exposto, percebe-se que a psicologia possui uma identidade que é a de exercer o papel fundamental de acompanhar o movimento das demandas coletivas que surgem a cada dia, e com isso acaba por firmar o seu compromisso social (Bock, 2015). Esse comprometimento também acontece devido à forma de se enxergar os sujeitos. Além disso, é necessário que este profissional esteja inserido no âmbito das políticas públicas (Lima, 2005).

Em relação às políticas, percebe-se que a psicologia é os setores de serviços sociais conversam entre si a respeito das diretrizes que embasam as ações de cuidado com os sujeitos, inclusive, em relação àqueles que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas. As estratégias de intervenções ganham mais força ainda quando se propõem em agir conjuntamente com os saberes e setores das políticas públicas (CREPOP, 2013; wenceslau 2015).

Os resultados dessa pesquisa contribuem para que haja um aprofundamento do conhecimento científico acerca dos serviços que o(a) profissional de psicologia pode ofertar em consonância com as políticas públicas (Bock, 1999; Lima, 2005, Wenceslau, 2015). Ou ainda, fazer com que o leitor consiga analisar de forma mais crítica os aspectos que norteiam as ações de cuidado em relação ao outro e por último, ajuda a compreender quais são as estratégias que melhor se adaptam de acordo com as demandas sociais.)

Inicialmente, é importante trazermos aqui o assunto relacionado às mudanças que ocorreram na forma de se enxergar o sujeito pela psicologia e as políticas públicas e ainda entender como elas contribuem para as tomadas de decisões direcionadas as ações de intervenção que ocorrem hoje.

De um lado temos Bock (1999) afirmando que a psicologia passou um bom tempo entendendo o sujeito como alguém que constrói o seu mundo psíquico de maneira isolada, em seguida, mostra através dos seus escritos que esse pensamento caiu por terra, com isso a ciência psicológica começa a fazer uma nova leitura do sujeito, de forma que este agora é compreendido como alguém que faz parte da construção social e também é influenciado por ela.

Por outro lado Dimenstein (2012) ressalta que, no âmbito das políticas sociais, como o SUS, por exemplo, também houve necessidade de mudanças de paradigmas, porém, neste caso, o que se transformou foi a interpretação do que significa o termo saúde-doença, sendo assim, aspectos culturais, sociais e ambientais passaram a ser levados em consideração. Percebe-se então que existe um alinhamento de pensamentos na forma de se interpretar o sujeito, e já que ele é visto como parte de um todo, as ações interventivas deverão sempre ser direcionadas pensando nesses aspectos.

A Psicologia enquanto ciência que atua no contexto de saúde mental, deve também fazer parte do âmbito das políticas públicas, uma vez que estas se organizam para receber este profissional e Dimenstein (2012) pontua que o SUS consegue fazer um link com as redes e ações da atenção básica, na qual o(a) psicólogo(a) pode fazer parte. Peduzzi (2000) enfatiza que inserir o(a) psicólogo(a) na equipe multiprofissional complementa ainda mais a visão global de compreender as necessidades do sujeito e Dimenstein (2012) dialoga com essa ideia, quando afirma que o campo da saúde mental tem ficado mais vigoroso no setor público, além disso, o autor diz ainda que o(a) psicólogo(a) pode atuar tanto na promoção, quanto na prevenção de saúde.

Por última nota-se a importância do SUS em conseguir fazer uma articulação dos seus ideia de lidar com as drogas nem sempre ocorreu de forma a respeitar o direito das pessoas, sendo assim a

Ao discutir sobre esses pontos, fica nítido que a presença do(a) psicólogo(a) é importante para o setor público, e a sua participação nas equipes multiprofissionais ampliam o nível das decisões de intervenções pensadas em relação ao cuidado com o outro, visto que existe um diálogo com os diferentes saberes (Peduzzi, 2000), que tem como intuito pensar na melhor estratégia de para lidar com pessoas que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas.

Por último, nota-se a importância de existir uma articulação entre dispositivos como a RAPS E O CREPOP por exemplo, pois de um lado temos a RAPS que fornece estratégias de tratamento psicossocial e os sujeito que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas podem ser alcançados por ela (CREPOP, 2013). De outro, o CREPOP, que auxilia os(as) psicólogos(as) a estarem tecnicamente preparados para lidar com este público (CREPOP, 2013). Se tratando das estratégias de cuidado para esses indivíduos, entende-se que a redução de danos é uma grande aliada, pois os seus princípios estão baseados na liberdade e autonomia dos sujeitos.

No que se refere às limitações que envolveram a produção deste estudo, pode-se citar a dificuldade de delimitar o tema com um recorte de gênero, pois ao pesquisar, notou-se a falta de referência quando o assunto é: mulher que faz uso abusivo de álcool e outras drogas. Fica a sugestão de estudo para os próximos interessados.

Em síntese, fica claro que a psicologia, ao ampliar o seu olhar em relação ao sujeito, passa a ter um diálogo importante com as políticas públicas, pois estas também modificaram a sua visão. Entende-se a importância da inserção do(a) profissional de psicologia no âmbito das políticas sociais, pois existe a oportunidade de se pensar no cuidado da saúde mental em consonância com outros profissionais. Desta forma, as intervenções passam a serem pensadas de forma estratégica, como por exemplo o uso da redução de danos, em um contexto de pessoas que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas.

5 CONCLUSÃO

Sendo assim, conclui-se que é importante entender como se dá a inserção do psicólogo em um contexto de políticas públicas, e de que forma acontece as ações deste profissional em conjunto com uma equipe multiprofissional, em relação aos cuidados de pessoas que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas. .

Os principais resultados obtidos nesta pesquisa mostraram que a forma de se enxergar o sujeito, tanto para a psicologia quanto para os setores de políticas públicas ditará como as estratégias de intervenções serão desenvolvidas. Além disso, fica claro que esses campos de atuação possuem um pensamento alinhado quando se referem aos cuidados de pessoas que fazem uso e abuso de álcool e outras drogas, devido à existência de um compromisso social de ambas as partes e o diálogo entre as redes de atenção básica disponíveis pelo SUS.

Fica portanto a sugestão para que haja a continuidade de estudos voltados ao tema proposto, pois desta forma, estarão contribuindo tanto para o meio acadêmico, quanto para o âmbito sócio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vânia Sampaio, **Modelos de atenção à saúde de usuários de álcool e outras drogas: discursos políticos, saberes e práticas**. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2009, v. 25, n. 11 [Acessado 19 Junho 2022] , pp. 2309-2319. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001100002>>. Epub 17 Nov 2009. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001100002>.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível

em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>> Acesso em: 03 de set.2020

DÉA Hilda Regina Ferreira Dalla et al. **A inserção do psicólogo no trabalho de prevenção ao abuso de álcool e outras drogas.** Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2004, v. 24, n. 1 [Acessado 19 Junho 2022] , pp. 108-115. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100012>>. Epub 29 Ago 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100012>.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. Estudos de Psicologia** (Natal) [online]. 1999, v. 4, n. 2 [Acessado 13 Junho 2022] , pp. 315-329. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>>. Epub 25 Abr 2001. ISSN 1678-4669. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1999000200008>.

BÖING, E. (2009). **O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde brasileiras.** Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

CREPOP. Referências Técnicas para atuação do(a) Psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Conselho Federal de Psicologia, CFP. 2007 Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2007/08/cartilha_crepop_cras_suas.pdf> Acesso em 15 de abil de 2022.

Conselho Federal de Psicologia. (2013). **Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.** 2013. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-no-caps-centro-de-atencao-psicossocial/>

DIMENSTEIN, Magda e Macedo, João Paulo. **Formação em Psicologia: requisitos para atuação na atenção primária e psicossocial.** Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2012, v. 32, n. spe [Acessado 16 Junho 2022] , pp. 232-245. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500017>>. Epub 08 Nov 2012. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500017>

GIL, A. C. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GIL, Carlos, A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.

LIMA, Mônica. **Atuação psicológica coletiva: uma trajetória profissional em unidade básica de saúde**. Psicologia em Estudo [online]. 2005, v. 10, n. 3 [Acessado 14 Junho 2022], pp. 431-440. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000300011>>. Epub 09 Jan 2006. ISSN 1807-0329. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000300011>.

LIMA, Aluísio Ferreira de. **Dependência de drogas e psicologia social: um estudo sobre o sentido das oficinas terapêuticas e o uso de drogas a partir da teoria de identidade**. Psicologia & Sociedade, v. 20, n. 1, p. 91-101, 2008. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/9bZdr3zfr5YYtyb3m8c5KZS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 de abril de 2021.

PEDUZZI, Marina. **Equipe multiprofissional de saúde: conceito e tipologia**. Revista de Saúde Pública [online]. 2001, v. 35, n. 1 [Acessado 17 Junho 2022], pp. 103-109. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102001000100016>>. Epub 23 Jun 2009. ISSN 1518-8787. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102001000100016>

SEIBEL, Sérgio Dário; TOSCANO JR, Alfredo. **Conceitos básicos e classificação geral das substâncias psicoativas**. Dependência de drogas, p. 1-6, 2001. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2001.

SILVA, Bianchi e Carvalhaes, Flávia Fernandes de. **PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPASSES E REINVENÇÕES**. Psicologia & Sociedade [online]. 2016,

v. 28, n. 02 [Acessado 19 Junho 2022] , pp. 247-256. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p247>>. ISSN 1807-0310.
<https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p247>.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021.

WENCESLAU, Leandro David e Ortega, Francisco. **Saúde mental na atenção primária e Saúde Mental Global: perspectivas internacionais e cenário brasileiro**. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. 2015, v. 19, n. 55 [Acessado 17 Junho 2022] , pp. 1121-1132. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1152>>. Epub 21 Ago 2015. ISSN 1807-5762.
<https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1152>